

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**  
**ESPECIALIZAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**GIZELA TEIXEIRA PARANHOS DREHER**

**A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL ADQUIRIDA ATRAVÉS DO**  
**PRONATEC**

**MONOGRAFIA**

**PONTA GROSSA**

**2015**

**GIZELA TEIXEIRA PARANHOS DREHER**

**A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL ADQUIRIDA ATRAVÉS DO  
PRONATEC**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título Especialista em Engenharia de Produção, do Departamento Acadêmico de Engenharia de Produção, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos de Francisco

**PONTA GROSSA**

**2015**



## TERMO DE APROVAÇÃO

### TÍTULO DO TRABALHO A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL ADQUIRIDA ATRAVÉS DO PRONATEC

por

GIZELA TEIXEIRA PARANHOS DREHER

Esta Monografia foi apresentada em 6 de março de 2015 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Engenharia de Produção. O(a) candidato(a) foi arguido(a) pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

  
**Prof. Dr. Flavio Trojan (UTFPR)**  
Banca

  
**Prof. Dr. Antonio Carlos de Francisco**  
(UTFPR)  
Orientador

Visto do Coordenador:

  
**Prof. Dr. Luis Mauricio de Resende**  
Coordenador  
UTFPR – Câmpus Ponta Grossa

Dedico este trabalho aos meus queridos pais, pelos valores que me ensinaram, as minhas irmãs e sobrinha pelo carinho e ao meu marido pela inspiração para alcançar meus objetivos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pois em todos os momentos da minha vida estivera presente, sempre me dando força e luz para continuar a trilhar meus caminhos, aumentando a cada dia minha fé.

A minha família, por me auxiliar sempre, me dando apoio, e muito amor, por me guiarem nos momentos difíceis e por ser meu alicerce em todos os dias. Em especial minha mãe, por sempre estar de braços abertos e me auxiliar em todas as decisões difíceis, me servindo de exemplo através de sua alegria, determinação, e seu carinho. Ao meu marido Marcelo Dreher, o qual contribuiu nessa fase de minha vida, por todo apoio, compreensão, dedicação e amor. E ao meu pai, por ensinar os valores da vida, ser um homem íntegro, que me ensina até hoje sobre a vida e os desafios que virão. As minhas irmãs pela amizade e carinho.

Agradeço o Professor Antonio Carlos de Francisco qual desde o primeiro momento se disponibilizou a orientar este trabalho e não mediu esforços em cumprir tal tarefa. Agradeço pela orientação recebida e as ações tomadas para a realização deste trabalho.

A todos do SENAI, em especial ao Henri Carlo e a Mariane Marques que contribuíram com a confecção deste trabalho.

Finalmente, agradeço também a todos os professores do Curso de Especialização da Universidade Tecnológica Federal do Paraná Campus Ponta Grossa, que contribuíram para o aprimoramento acadêmico.

“Por vezes, sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.”

(Madre Teresa de Calcutá)

## RESUMO

DREHER, Gizela Teixeira Paranhos. **A qualificação profissional adquirida através do PRONATEC**. 2015. 57 f. Monografia (Especialização em Engenharia de Produção) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2015.

A presente pesquisa propõe avaliar o nível de satisfação dos alunos concluintes dos cursos ofertados pelo PRONATEC no SENAI de Ponta Grossa-PR. Analisa a questão conceitual, teórica e empírica da implantação de políticas públicas através dos cursos de qualificação profissional. Comparando o PRONATEC e o setor produtivo e as políticas de mercado de trabalho no contexto atual. Avaliando a educação, desenvolvimento de capacidades e formação técnica e se as políticas públicas estão realmente fortalecendo as oportunidades para o emprego juvenil e se os direitos fundamentais dos trabalhadores está sendo respeitado, fortalecendo as oportunidades para o emprego. A pesquisa classifica em aplicada, quanto sua problemática trata-se de qualitativo, no SENAI de Ponta Grossa - PR. O principal resultado verificado é que o nível de satisfação dos alunos concluintes dos cursos ofertados pelo PRONATEC no SENAI de Ponta Grossa é positivo, pois veem dos cursos uma possibilidade melhoria profissional.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Educação Profissional. Conhecimento. PRONATEC. SENAI.

## ABSTRACT

DREHER, Gizela Teixeira Paranhos. **A qualificação profissional adquirida através do PRONATEC**. 2015. 57 p. Monografia (Especialização em Engenharia de Produção) - Federal Technology University - Paraná. Ponta Grossa, 2015.

This research proposes to assess the level of satisfaction of graduating students of the courses offered by the SENAI PRONATEC of Ponta Grossa-PR. Analyzes the conceptual question of theoretical and empirical implementation of public policies through professional training courses. Comparing PRONATEC and the productive sector and labor market policies in the current context. Assessing education, capacity building and technical training and public policies are actually strengthening the opportunities for youth employment and the fundamental rights of workers being respected, strengthening the opportunities for employment Research ranks applied, as his problematic it is qualitative, SENAI in Ponta Grossa - PR. The main result is verified that the level of satisfaction of graduating students of the courses offered by SENAI PRONATEC in Ponta Grossa is positive, because they see a possibility of courses professional improvement.

**Keywords:** Public Policy. Professional Education. Knowledge. PRONATEC. SENAI.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – O SENAI e as matrículas no PRONATEC.....	38
Quadro 1 – Cursos ofertados pelo PRONATEC.....	37

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de alunos evadidos e reprovados .....	35
Tabela 2 – Cursos e quantidade de alunos concluintes .....	36
Tabela 3 – Perfil sociodemográfico dos alunos pesquisados .....	38

## LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
BSN	Brasil sem Miséria
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CIME	Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
EMBRAPII	Empresa Brasileira de Investigação e Inovação Industrial
FIC	Formação Inicial Continuada
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSI	Programa Sustentação do Investimento
PTC	Programas de Transferência Condicionada
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da educação Profissional e Tecnológica

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1.1 OBJETIVOS.....	13
1.1.1 Objetivo Geral.....	13
1.1.2 Objetivos Específicos.....	14
1.2 JUSTIFICATIVA.....	14
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>16</b>
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL.....	16
2.2 POLÍTICAS SOCIAIS.....	17
<b>3 CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL .....</b>	<b>19</b>
3.1 PRONATEC E PRONATEC/BSM.....	19
3.2 PRO JOVEM.....	23
3.3 PRONATEC E O SETOR PRODUTIVO .....	25
3.4 POLÍTICAS DE MERCADO DE TRABALHO E CONTEXTO ATUAL .....	26
3.4.1 Educação, Desenvolvimento de Capacidades e Formação Técnica .....	27
3.4.2 Fortalecimento das Oportunidades para o Emprego Juvenil .....	28
3.4.3 Direitos Fundamentais dos Trabalhadores .....	29
3.5 CURSOS DE QUALIFICAÇÃO E ORIENTAÇÃO PARA O EMPREGO FORMAL .....	30
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>32</b>
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	32
4.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	33
4.3 DADOS E INSTRUMENTO DE COLETA .....	33
4.4 FORMA DE ANÁLISE E TRATAMENTO ESTATÍSTICO.....	34
<b>5 RESULTADO .....</b>	<b>35</b>
5.1 SENAI PONTA GROSSA E O PRONATEC.....	35
5.2 PERFIL DOS ALUNOS .....	38
5.3 PESQUISA COM ALUNO .....	40
5.3.1 Escolaridade dos Alunos .....	40

5.3.2 Meios de Comunicação que Divulgam o PRONATEC.....	40
5.3.3 Objetivos e Conteúdos.....	41
5.3.4 Docentes e Técnicos de Ensino.....	41
5.3.5 Recursos Didáticos .....	42
5.3.6 Infraestrutura.....	42
5.3.7 Inserção no Mercado de Trabalho .....	42
5.3.8 Utilização dos Conteúdos Adquiridos no Curso .....	43
5.3.9 Sugestão, Pontos Fortes e Oportunidades de Melhoria .....	43
<b>6 HISTÓRIA DA EMPRESA CONCEDENTE A PESQUISA.....</b>	<b>44</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>51</b>
<b>APÊNDICE A - PESQUISA ACADÊMICA - Avaliação os Cursos do Pronatec..</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Busca nesta pesquisa avaliar o nível de satisfação dos alunos concluintes dos cursos ofertados pelo PRONATEC no SENAI de Ponta Grossa-PR, onde observamos que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) teve grande repercussão para o país, pois o programa visa qualificar mão de obra para a inserção no mercado de trabalho auxiliando esse grupo de beneficiários a terem uma renda maior, fazendo com que a qualidade de vida e a taxa de pobreza diminuam.

A demanda pelos cursos de qualificação profissional de PRONATEC e PRONATEC/BSM é delimitada pelas prefeituras, as quais fazem uma análise de dita demanda considerando as características da população registrada no Cadastro Único, as oportunidades de emprego e a vocação econômica na prefeitura.

E assim, com o intuito de verificar se o programa do

Governo Federal está realmente atingindo os seus objetivos, foi elaborado uma pesquisa para alguns alunos que realizaram o curso do PRONATEC no SENAI Ponta Grossa, abrangendo também suas unidades remotas.

Através desse questionário estaremos identificando as aspirações dos estudantes, verificando as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio dos cursos de qualificação e se o PRONATEC está qualificando os alunos e a expectativa sobre a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, se os objetivos dos alunos em relação ao curso foram alcançados, identificando os resultados gerados através do curso,

### 1.1 OBJETIVOS

#### 1.1.1 Objetivo Geral

Avaliar o nível de satisfação dos alunos concluintes dos cursos ofertados pelo PRONATEC no SENAI de Ponta Grossa-PR.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar as aspirações dos estudantes do SENAI oriundos do PRONATEC no município de Ponta Grossa- PR
- Identificar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos qualificação.
- Verificar se o PRONATEC está atingindo suas metas e objetivos na cidade.

### 1.2 JUSTIFICATIVA

Observamos que cada dia mais a educação se torna um dos bens mais necessários para o homem, fica em função de o governo visar à importância das políticas públicas em contribuir para a melhoria dos serviços prestados à população.

Diante disso iniciou-se um programa do governo voltado à educação profissional o PRONATEC, onde o objetivo é qualificar o trabalhador brasileiro, e após a realização do curso ter a possibilidade de serem inseridos no mercado de trabalho. Por este motivo que o SENAI foi escolhido como uma das instituições portadoras do programa.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial é o maior complexo de educação profissional da América Latina, qualificando mais de dois milhões de trabalhadores brasileiros a cada ano. Também apoia as empresas por meio da formação de recursos humanos e da prestação de serviços de assistência ao setor produtivo, de laboratório, de pesquisa aplicada e informação tecnológica (CNI, 2013).

Conseqüentemente se torna necessário conhecer a efetividade deste programa, se sua criação está realmente atendendo a população, e se ele está alcançando seus principais objetivos que são qualificação e inserção no mercado de trabalho, para que as condições de vida se tornem melhores e que especificamente na cidade de Ponta Grossa possam ter profissionais qualificados, fazendo com que seja valorizada a população da cidade e estimulando os jovens e adultos para que possam ter planos de carreira e estímulo para um novo futuro para sua família.

Ferreti (1999 apud OLIVEIRA, 2007, p. 47) expõem a condição do indivíduo em relação à formação profissional:

Assim, o estado, o empresariado e a sociedade civil, via ONGs, dão respostas ao desemprego oferecendo cursos de formação. [...] com o que se oferece em boa parte desses cursos, os indivíduos pouco escolarizados e subempregados ou desempregados dificilmente conseguirão situar-se consistentemente no mercado. [...] tal tipo de estratégia tende a transferir às pessoas a culpa por não terem emprego, ao deixar subentendida a mensagem de que, se apesar de todo o empenho do Estado, da sociedade civil e dos empresariados, nada resultou, então a responsabilidade é individual, não social.

Busca-se com esta pesquisa verificar esta indagação de Ferreti (1999) a partir da visão individual dos indivíduos envolvido neste programa (PRONATEC).

Vale ressaltar que os cursos do PRONATEC realizados no SENAI Ponta Grossa, possuem áreas específicas conforme a demanda necessária da indústria.

Devido a importância deste programa governamental sugerimos que seja realizado avaliação periódicas do projeto, pois o mesmo demanda altos recursos financeiros e muitas pessoas envolvidas.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

As Políticas públicas possuem atividades restritas do Estado, elas estão dirigidas em três segmentos: fiscalizar, regulamentar e fomentar. Essas são as operações que só podem ser efetuadas pelo poder público, além disso, se enquadra também em ser um processo com negociações, dinâmico, mobilizações, coalizão de interesses ou alianças. Ela pode refletir ou não no interesse da população, dependendo da forma que é feita a mobilização para a sociedade, através de diversos fatores com mecanismos que possam viabilizar sua participação, conflitos, alianças.

Assim, a administração pública surgiu como um mecanismo do Estado para defender interesses públicos em vez de serem interesses privados. Outra definição que se pode ser utilizada é que a política pública tem o intuito de que todas possam atingir uma melhor qualidade de vida, que seja compatível com a dignidade humana.

Segundo Pereira (2010, p.245):

A modernização da Administração Pública, em sentido amplo, deve buscar de forma permanente a estruturação de um modelo de gestão que possa alcançar diversos objetivos, como por exemplo: melhorar a qualidade da oferta de serviços à população, aperfeiçoar o sistema de controle social da Administração Pública, elevar a transparência e combater a corrupção, promover a valorização do servidor público, entre outros.

Observa-se que a definição de Políticas Públicas é levantada em várias áreas de conhecimento, mas é na área da ciência política que se ganha maior destaque nas discussões de raciocínio.

Guareschiet al. (2004, P. 180) explica políticas públicas:

o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público.

Saraiva (2006) numera elementos que são comuns as variadas descrições. Contudo pode-se falar que as características principais das políticas públicas são: institucional, decisório, comportamental e causal.

Políticas públicas tendem corresponder as demandas ou as necessidades de reformas sociais, aumento de direitos dos cidadãos e a promoção do desenvolvimento, elas podem ser classificadas em três dimensões:

Políticas sociais tradicionais: se enquadram políticas de educação, cultura, saúde, habitação, transportes, etc.

Políticas estruturais de promoção do desenvolvimento: se enquadram política ambiental, industrial, construção civil, etc.

Políticas reparadoras, compensatórias e redistributivas: elas possuem um caráter paliativo ou emergencial. Entre elas acentuam-se, fome zero, redução da pobreza, políticas de quotas para negros. (PIANA, 2009)

## 2.2 POLÍTICAS SOCIAIS

Na área das Ciências Sociais, a política social é entendida como uma modalidade de política pública, pois possui ações do governo com alguns objetivos específicos. Dessa forma o Serviço Social é uma das profissões responsável pela mediação entre Estado, burguesia e classe trabalhadora. (PIANA, 2009).

Segundo Faleiros (2000 apud PIANA, 2009, p. 21).

As políticas sociais no Brasil estão relacionadas diretamente às condições vivenciadas pelo País em níveis econômico, político e social. São vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, em alguns momentos, em outros como conquistas dos trabalhadores, ou como doação das elites dominantes, e ainda como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão.

A política social pode ser feita por diferentes estruturas institucionais e legais, com contexto diferente, sistema e regime político. Segundo, Marshall (1975) “Política social é um termo que, embora amplamente usado não possua definição precisa. O significado que lhe é dado em contextos particulares é em grande medida matéria de conveniência ou convenção”.

Assim, política social se refere à maneira do governo em aplicar programas para a benfeitoria da população. Conforme Vieira (1992, apud PIANA, 2009 p.24):

Dessa forma, pode-se afirmar que não há política social desligada das lutas sociais. De modo geral, o Estado assume alguma das reivindicações populares, ao longo de sua existência histórica. Os direitos sociais dizem respeito inicialmente à consagração jurídica de reivindicações dos trabalhadores. Certamente, não se estende a todas as reivindicações, mas na aceitação do que é conveniente ao grupo dirigente do momento.

Não é possível desconsiderar a questão da desigualdade social, que vem há muito tempo trazendo discussões.

As políticas de profissionalização são destacadas que elas não criam empregos, mas qualificam os trabalhadores para inserção no mercado. Victoria et al (1988 apud DEMO, 1994, p.34) destacam:

A inserção adequada no mercado de trabalho por parte do trabalhador ou a inserção adequada das condições de produção e comercialização são mais estruturais. Pobre e entendido como pessoas que não consegue trabalho ou que se insere mal no mercado de trabalho [...].

A definição de bem estar social segundo Kerstenetzky (2012) serve para apontar o Estado assistencial que assegura padrões mínimos de saúde, habitação, renda, educação e seguridade social a todos os cidadãos. Essa assistência, no entanto é reconhecida como direito social [...] e esse direito é que diferem o estado de bem estar dos demais assistencialismos.

### 3 CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

#### 3.1 PRONATEC E PRONATEC/BSM

A demanda pelos cursos de qualificação profissional de PRONATEC e PRONATEC/BSM é delimitada pelas prefeituras, as quais fazem uma análise de dita demanda considerando as características da população registrada no Cadastro Único, as oportunidades de emprego e a vocação econômica na prefeitura.

Os cursos são oferecidos por instituições federais e estaduais (conhecidas também como o “Sistema S” e que incluem SENAI, SENAC, SENAR e SENAT) do governo brasileiro e dependem da demanda do mercado trabalhista local.

Em razão do pacto federal, as prefeituras são responsáveis de determinar as vagas no mercado trabalhista a partir das demandas locais. Quando estas vagas são identificadas, a municipalidade negocia com as instituições de ensino a oferta de cursos, que inclui cursos técnicos e cursos de nivelamento de estudos para aquelas pessoas que não terminaram o ensino básico. Conforme o portal do MEC 2014 foi disponibilizado 644 opções de cursos diferentes, distribuídos em 13 eixos tecnológicos (Ambiente e Saúde (41 cursos); Desenvolvimento Educacional e Social (34 cursos); Gestão e Negócios (28 cursos); Informação e Comunicação (22 cursos); Infraestrutura (124 cursos); Produção Alimentícia (39 cursos); Produção Cultural e Design (65 cursos); Produção Industrial (76 cursos); Recursos Naturais (60 cursos); Segurança (4 cursos) e Turismo, Hospitalidade e Lazer (24 cursos).

O Ministério de Educação (MEC) é responsável de fazer o pagamento dos cursos às instituições de ensino. A inscrição das prefeituras ao PRONATEC/BSM é feita através de um site eletrônico [<http://www.brasilsemmiseria.gov.br>], onde se encontra o Formulário Eletrônico de Adesão ao PRONATEC/BSM.

O funcionamento operacional do PRONATEC/BSM pode ser resumido em nove etapas: Habilitação para acessar e preencher este formulário é necessária uma contrassenha, fornecida pelas Secretárias Municipais de Assistência Social. Após preenchido o formulário, a secretária deve enviar um correio eletrônico ao MDS com a informação sobre o formulário. Assim, o Ministério do Desenvolvimento Social habilita a prefeitura ao sistema de gestão eletrônica do PRONATEC, o SISTEC.

Após este procedimento, a Secretaria Municipal negocia com os ofertantes os cursos que serão oferecidos (BRASIL, 2011):

1. Prefeituras;
2. Negociação dos cursos com as entidades ofertantes (o Sistema S e os CEFET);
3. Mobilização dos beneficiários;
4. Pré-matrícula;
5. Matrícula;
6. Classe inaugural;
7. Acompanhamento dos beneficiários;
8. Articulação com as políticas públicas de emprego e de microempreendedorismo;
9. Graduação.

Os cursos oferecidos por PRONATEC e por PRONATEC/BSM são gratuitos e sua duração mínima é de 160 horas. Os cursos são administrados pelas instituições públicas do Sistema S e pelos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Os alunos recebem todos os materiais para os cursos, bem como ajuda econômica para cobrir os custos de transporte e alimentação. Ademais, com a criação do programa Brasil Carinhoso, as ofertas de creches e de escolas integrais devem ajudar a muitas famílias que não podem participar nos cursos porque não têm com quem deixar os filhos.

Os 376 cursos oferecidos no âmbito do PRONATEC/BSM estão especificados na Guia PRONATEC de cursos de formação inicial e continuada. Estes cursos estão disponíveis para maiores de 16 anos registrados ou em processo de registro no Cadastro Único.

Os beneficiários do programa Bolsa Família ou do Benefício de Prestação Continuada (BPC) não têm limites de inscrições por famílias para matricular-se nos cursos, o interessado tem que se dirigir a um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou à Secretária de Assistência Social ou de Trabalho de sua prefeitura.

É importante mencionar que estes cursos foram criados para atender as pessoas registradas no Cadastro Único, que, em sua maioria, não tinham terminado

o ensino (fundamental). Esta é a principal diferença entre os cursos do PRONATEC e do PRONATEC/BSM.

Os cursos oferecidos pelo PRONATEC/BSM são adequados à baixa escolaridade das pessoas registradas no Cadastro Único, que frequentemente não terminaram seu ensino na escola ou ainda estão terminando. Representam portanto um estímulo a voltar a estudar e mudar sua situação de vulnerabilidade para aqueles que abandonaram os estudos muito cedo.

Os principais desafios do PRONATEC são os seguintes (BRASIL, 2012):

- Expandir e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e os cursos de qualificação profissional;
- Construir, restaurar e aumentar as escolas das redes estaduais que oferecem os cursos de PRONATEC;
- Aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica;
- Melhorar a qualidade dos cursos de nível médio.

Também o PRONATEC envolve ações diferenciadas, que são:

- Expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica;
- Programa Brasil Profissionalizado, cujo objetivo é aumentar a oferta de cursos e fortalecer a educação profissional e tecnológica integrada no ensino médio nas redes educacionais estaduais;
- Rede e-TecBrasil: nesta rede são oferecidos cursos técnicos e de qualificação profissional sem custos pela internet. As instituições creditadas pelo governo federal são autorizadas a criar cursos on-line;
- Acordo de Gratuidade dos Serviços Nacionais de Aprendizagem: este acordo tem o objetivo de ampliar os recursos entregues às entidades que oferecem os cursos técnicos e de qualificação. Assim, os cursos são gratuitos e as pessoas de baixa renda, os estudantes e os trabalhadores têm preferência;
- Bolsa Formação: são três tipos de cursos gratuitos oferecidos pelas instituições federais: cursos técnicos para os que terminaram o ensino médio (duração em um ano); cursos técnicos para os que ainda estão no ensino médio (duração em um ano); e formação inicial e contínua ou qualificação profissional.

O PRONATEC envolve um conjunto de iniciativas:

**Expansão da Rede Federal:** A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica está presente em todos os estados brasileiros, com mais de 350 unidades em funcionamento, oferecendo cursos de formação inicial e continuada, técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas e programas de pós-graduação.

**Programa Brasil Profissionalizado:** O Programa Brasil Profissionalizado destina-se à ampliação da oferta e ao fortalecimento da educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio nas redes estaduais, em parceria com o Governo Federal.

**Rede e-Tec Brasil:** Na Rede e-Tec Brasil são oferecidos gratuitamente cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, na modalidade a distância. Poderão oferecer cursos a distância as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; as unidades de ensino dos serviços nacionais de aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT); e instituições de educação profissional vinculadas aos sistemas estaduais de ensino.

**Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem:** O Acordo de Gratuidade tem por objetivo ampliar, progressivamente, a aplicação dos recursos do SENAI, do SENAC, do SESC e do SESI, recebidos da contribuição compulsória, em cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, em vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores.

**FIES Técnico e Empresa:** O FIES Técnico tem como objetivo financiar cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional para estudantes e trabalhadores em escolas técnicas privadas e nos serviços nacionais de aprendizagem – SENAI, SENAC, SENAT e SENAR. No FIES Empresa serão financiados cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores, inclusive no local de trabalho.

**Bolsa-Formação:** Além das iniciativas voltadas ao fortalecimento do trabalho das redes de educação profissional e tecnológica existentes no país, o PRONATEC criou a Bolsa-Formação, por meio da qual serão oferecidos, gratuitamente, cursos técnicos para quem concluiu o Ensino Médio e para estudantes matriculados no Ensino Médio e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

No PRONATEC são oferecidos cursos gratuitos nas escolas públicas federais, estaduais e municipais, nas unidades de ensino do SENAI, do SENAC, do SENAR e do SENAT, em instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio.

São três tipos de curso:

- ✓ Técnico para quem concluiu o ensino médio, com duração mínima de um ano;
- ✓ Técnico para quem está matriculado no ensino médio, com duração mínima de um ano;
- ✓ Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, para trabalhadores, estudantes de ensino médio e beneficiários de programas federais de transferência de renda, com duração mínima de dois meses.

### 3.2 PRO JOVEM

O programa Pro Jovem prepara jovens entre 18 e 29 anos que vivem em zonas urbanas, que não terminaram o ensino básico e têm uma renda familiar até um salário mínimo per capita, para o mercado trabalhista.

Pro Jovem unificou em 2005 as ações do Consórcio Social da Juventude, Empreendedorismo Juvenil, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. Os participantes do programa recebem uma bolsa de R\$100,00 em até seis quotas, mediante a comprovação de frequência a 75% das aulas.

Os cursos de qualificação têm uma carga horária de 350 horas. A inscrição nos cursos faz-se em qualquer agência do trabalhador ou no site de internet da Secretária de Trabalho.

Os tipos de cursos mudam segundo as prefeituras. Em 2013, o orçamento federal para Pro jovem foi de R\$ 195,8 milhões. As avaliações de impacto do Pro Jovem têm sido feitas por Schimidt et al (2011) e pelo Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2010).

Schimidt et al (2011) afirmam que o desafio do programa é manter o interesse nos cursos, razão pela qual se criou a bolsa. Não obstante, não se conseguiu o acontecimento esperado, e o resultado é que 51,6% dos jovens matriculados conseguem terminar o curso.

A investigação mostra também que a qualificação profissional é o que mais interessa aos jovens, em razão da inadequação entre o ensino na escola e as demandas do mercado trabalhista. Ademais, em termos de gerenciamento Schimidt et al (2011) observam que a grande alternância dos administradores públicos



representou um grande desafio para a implementação do Pro Jovem para sua consolidação nas prefeituras.

Os coordenadores municipais e suas equipes tinham períodos de permanência no cargo muito curtos e a cada nova equipe que se fazia cargo do programa tinha que aprender tudo novamente. Isto ocasionou a falta de um claro padrão das ações: por exemplo, os formulários de inscrição e de matrícula não continham os dados do jovem que eram necessários para fazer o cadastro no Pro Jovem. Por isto, muitos jovens não têm conseguido fazer exames externos (como o exame para entrar na universidade) ou receber o certificado de conclusão do curso.

Há também um componente de Pro Jovem que é o Pro Jovem Adolescente. Este programa é coordenado pelo MDS e atende aos jovens entre 15 e 17 anos que vive em famílias em condição de pobreza, extrema pobreza, risco ou vulnerabilidade social.

O serviço tem os seguintes objetivos:

- a) Contribuir ao desenvolvimento social e humano dos jovens;
- b) Fortalecer seus vínculos familiares;
- c) Fomentar a permanência dos jovens na escola.

Os jovens participam em grupos de 7 a 30 membros, que recebem ações sociais e educativas, com uma carga horária de 12 horas e meia por semana. Todos os grupos são coordenados pelo CRAS e a participação dos jovens é voluntária. No entanto, se os jovens decidem participar, devem manter uma frequência escolar mínima de 75% (para os jovens entre 16-17 anos) ou de 85% (para os de 15 anos).

Por sua vez, o Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2010) concluiu o seguinte a respeito do programa:

- a) Existe a falta de capacitação dos profissionais que compõem as equipes de referência;
- b) A principal motivação dos jovens é a oportunidade de participar em atividades desenvolvidas especialmente para eles e que tais atividades os capacitariam para o mercado trabalhista;
- c) Os jovens destacam a necessidade de diversificar os temas dos cursos, com mais atividades práticas;

- d) Os serviços que não oferecem uma ajuda financeira não são atraentes para os jovens, é especial, quando há outras ações que a oferecem;
- e) Há escassez de profissionais especializados em trabalhos com os jovens e, quando há profissionais, os pagamentos são muito baixos para atraí-los;
- f) Há precariedade da infraestrutura física disponível e grandes distâncias com as moradias onde vivem os jovens;
- g) Faz-se pouca divulgação do serviço;
- h) A metade das prefeituras não têm equipes de controle e de monitoramento do programa. No entanto, observaram-se mudanças comportamentais positivas nos jovens em relação aos estudos, a família, a comunidade e no arranjo de questões de vida pessoal.

### 3.3 PRONATEC E O SETOR PRODUTIVO

A presidente, participou da formatura de 1.500 alunos do PRONATEC em Belo Horizonte, segundo informações de seu blog (BRASIL, 2014, p. 1) e comentou:

O Pronatec cria oportunidades de trabalho para a gente garantir que o Brasil seja competitivo, produtivo [...] por isso temos de apostar num país de técnicos, com capacitação técnica, de ter universitários, cientistas, pesquisadores, e gente bem formada. Além disso, a educação é importante porque para você construir um país que entre na chamada economia do conhecimento, que entre na tecnologia, que utilize a internet em seu próprio benefício e de todos, que utilize a biotecnologia, tudo que a ciência pode nos dar, temos de ter brasileiros e brasileiras bem formados. A educação é essencial.

As políticas de profissionalização são destacadas que elas não criam empregos, mas qualificam os trabalhadores para inserção no mercado. Victoria et al (1988 apud DEMO, 2011, p.34).

“É melhor para o país, porque o país precisa de pessoas bem formadas. Nós não podemos nos conformar em ser só aquilo que chegamos até agora. Sempre queremos um país melhor, com cada pessoa tendo sempre que querer fazer mais. E para fazer mais, a única do mundo que carregamos com cada um de nós, porque é nosso patrimônio, é a educação. E o Brasil precisa de educação” (BRASIL, 2014, p.1).

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) Robson Andrade, apontou que em uma pesquisa realizada pela organização revelou que 65% das indústrias brasileiras enfrentam problemas com a falta de qualificação de seus trabalhadores.

Andrade, apresentou os dados durante a cerimônia de lançamento da segunda fase do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, chamado PRONATEC 2.0, que deveria entrar em vigor a partir de 2015, em um eventual segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff. O objetivo do programa é aumentar o número de praças que se oferecem nos institutos federais de educação profissional, escolas técnicas vinculadas às universidades federais, as redes estatais e do Sistema S (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT).

Ao destacar a importância do programa e as deficiências do Brasil com a qualificação da força trabalhista, Andrade disse que ampliar a base de conhecimentos (população) é essencial. “Temos que superar a lista de exportação artigos de baixo valor agregado industrial baseado em favor de artigos de alta tecnologia” [...] “A indústria defende levar uma educação de qualidade e profissional à política do Estado” (JORNAL DO COMÉRCIO, 2014).

Andrade afirmou que o PRONATEC resultou ser um “muito bem” para superar estes desafios da iniciativa no país “Não tenho nenhuma dúvida de que PRONATEC 2 representa uma vitória para milhões de brasileiros que podem crescer profissionalmente”.

O presidente da CNI também disse que a presidenta Dilma tem ouvido o setor produtivo na elaboração da política econômica. Segundo ele, PRONATEC 2.0 é “uma prova mais do diálogo com o setor privado, especialmente a indústria.”

O governo escutou o setor produtivo para criar PRONATEC e Empresa Brasileira de Investigação e Inovação Industrial (EMBRAPII). Estas e outras medidas cruciais têm permitido um melhor alinhamento das políticas públicas e o setor produtivo.

### 3.4 POLÍTICAS DE MERCADO DE TRABALHO E CONTEXTO ATUAL

Conforme Pardal, Ventura e Dias (2005) as políticas de melhorias da mão de obra possibilitam países emergentes como o Brasil integrar o mercado de trabalho

mundial, consecutivamente possibilita a competitividade alavancando o seu desenvolvimento.

A seguir consideram-se alguns temas de políticas, à luz da necessidade de aumentar a produtividade e competitividade trabalhista, melhorar a qualidade das oportunidades de emprego particularmente para jovens e as categorias de trabalhadores vulneráveis, gerando condições para que as micros e pequenas empresas se potencializem e gerem maiores oportunidades de emprego formal com cobertura de proteção social para seus trabalhadores e trabalhadoras.

### 3.4.1 Educação, Desenvolvimento de Capacidades e Formação Técnica

Segundo o IPEA (2009) o acesso universal à educação de qualidade e o desenvolvimento de capacidades técnicas são pilares chaves para sustentar uma força de trabalho competitiva e produtiva. O governo do Brasil implementou diversas políticas para aumentar a qualidade da educação básica e prestar maior atenção à educação técnica em estabelecimentos públicos de educação secundária.

O Programa Nacional de Acesso à Educação Técnica e o Emprego (PRONATEC), criado em 2011, para expandir rapidamente a oferta de educação pública a nível técnico e profissional em todo o país, com o objetivo de gerar oito milhões de novas matrículas em quatro anos.

A assistência financeira e as cotas para alunos afro-descendentes e indígenas apontam para conseguir uma educação técnica/profissional mais inclusiva. Por sua vez, está em curso uma rápida expansão da educação universitária, com a construção de novas universidades públicas (inclusive em regiões relativamente pouco atendidas do interior do país) e uma maior diversidade e profundidade de cursos oferecidos.

Para fomentar o acesso a estudantes menos privilegiados, no ano 2004 criou-se o programa PROUNI. No ano 2013, o número de estudantes que tinham recebido apoio deste programa era de aproximadamente 1,1 milhões. Em 2012 o programa PROUNI entregou 284.662 bolsas para que alunos de famílias de baixos rendimentos e vindos de escolas públicas possam estudar em universidades privadas.

Adicionalmente, o programa “Brasil sem Fronteiras” oferece apoio para estudos universitários avançados no estrangeiro. O objetivo ambicioso mais crucial desta política para expandir a oferta, aumentar/diversificar o acesso e aumentar a qualidade da educação em todos estes diferentes níveis se deve manter e fortalecer.

### 3.4.2 Fortalecimento das Oportunidades para o Emprego Juvenil

As baixas taxas de desemprego não significam o emprego pleno num país tão vasto e diverso como Brasil. Os grupos vulneráveis e discriminados enfrentam barreiras significativas para sua participação equitativa e de qualidade no mercado de trabalho (MOVIMENTO, 2012).

Em particular, as taxas de desemprego entre os jovens foram mais 2,5% elevadas em média que a dos adultos em 2011 (PME/IBGE). Uma informação preocupante mostra que 18% de jovens dentre 15-24 anos de idade em 2011 (PME/IBGE) não se encontravam estudando, nem trabalhando, nem em capacitação, especialmente entre mulheres jovens, afro-brasileiras, indígenas e outros jovens vulneráveis ou discriminados.

As políticas pelo lado da demanda atualmente em vigência incluem a Lei de Estágio, estabelecida no ano 2000, a qual exige que empresas médias e grandes contratem jovens dentre 14-24 anos de idade nessa condição. Esta lei impulsionou as colocações trabalhistas, no entanto, requer de uma aplicação maior. Também um maior acompanhamento e avaliação dos impactos das políticas, a fim de avaliar e ajustar a gama de políticas dirigidas ao emprego juvenil. Abordar as múltiplas dimensões do emprego juvenil requer de uma forte integração das diferentes instâncias de governo e de coordenação entre diferentes ministérios.

Foi com este objetivo que o Governo do Brasil criou a Secretaria Nacional da Juventude em 2005, precisamente para coordenar as políticas entre os ramos de governo, estimular novas iniciativas e difundir informação e boas práticas.

A Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude desenvolvida em forma tríplice enfatiza temas de políticas prioritárias como:

- (i) Mais e melhor educação;
- (ii) Conciliar entre o estudo, o trabalho e vida a familiar;

- (iii) Inserção digna e ativa no mundo do trabalho, com igualdade de oportunidades e tratamento; e
- (iv) Diálogo social sobre a juventude, o trabalho e a educação.

### 3.4.3 Direitos Fundamentais dos Trabalhadores

Os trabalhadores vulneráveis ou discriminados devido a seu gênero, raça, incapacidade física ou outras características precisam de medidas focalizadas para promover seus direitos trabalhistas.

A legislação que fixa cotas de emprego para trabalhadores incapacitados existiu desde 1991; não obstante, requer-se de uma implementação mais eficaz desta norma. Os trabalhadores domésticos ascendem a 7,2 milhões; no entanto, só 29% deles tinham contratos formais de trabalho em 2012 (PNAD, 2011).

Duas medidas ainda pendentes poderiam representar lucros significativos para esta categoria de trabalhadores no Brasil:

- Ratificação do Convênio 189 da OIT sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos e medidas consequentes para assegurar a supervisão e aplicação eficaz e procedimentos legais para manejar as violações; e
- Aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 478/10) apresentada ao Congresso em 2010 e que fortaleceria os direitos trabalhistas conforme outras categorias de trabalhadores.

Durante os últimos 10 anos, o Brasil formou mais de 25 conselhos nacionais, comissões e foros em diversas esferas da política social, econômica e trabalhista, com a ativa participação de organizações de empregadores e de trabalhadores, com representação tríplice ou quádrupla garantida.

Estas instâncias de diálogo social formularam propostas para guiar legislação futura, regulamentações, ações executivas e política monetária e fiscal. Seu maior desenvolvimento pode desempenhar um papel decisivo em evitar os efeitos negativos das pressões econômicas globais descritas anteriormente, ao convocar trabalhadores, empregadores e governos a desenvolver soluções criativas e eficazes.

Igualmente, um ativo processo serviu de marco nos preparativos da Primeira Conferência Nacional sobre Emprego e Trabalho Decente, efetuada em agosto de

2012 em Brasília e que foi precedida por conferências a nível municipal, envolvendo aproximadamente 25.000 participantes.

### 3.5 CURSOS DE QUALIFICAÇÃO E ORIENTAÇÃO PARA O EMPREGO FORMAL

As ações do plano Brasil Sem Miséria para fomentar o emprego formal nas áreas urbanas baseiam-se principalmente em cursos de qualificação profissional, que foram pensados como condições para a inserção no mercado trabalhista (BARROS, MENDONÇA; TSUKADA, 2011).

Os cursos são oferecidos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que tem uma linha de ação somente orientada ao público do Brasil sem Miséria (PRONATEC/BSM).

O MTE também oferece cursos de capacitação e de qualificação profissional, que são o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), o PROJOVEM e o Jovem Aprendiz.

As mudanças de recentes fatos nesta área por parte do governo têm o objetivo de expandir os cursos de capacitação e oferecê-los em horários noturnos, atendendo as demandas do mercado trabalhista local.

O desafio é preparar as pessoas para entrar no mercado trabalhista formal e torná-las capazes de gerar seus próprios rendimentos. Uma vez terminada a qualificação, busca-se fornecer orientação profissional e fomentar a inserção no mercado trabalhista por meio do Sistema Nacional de Emprego (SINE) e do Acesso ao Trabalho.

Especialistas em proteção social apontam à falta de avaliações de impacto das políticas de qualificação profissional e de inserção no mercado trabalhista no âmbito do plano Brasil sem Miséria. Não se sabe, ainda, quantos alunos dos cursos de qualificação conseguiram entrar e permanecer no mercado trabalhista. Isto se poderia se fazer comparando o número de alunos registrados nos cursos com os dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). Graças aos dados do Registro Único Tributário de cada um dos alunos, é possível encontrar toda esta informação.

Os especialistas afirmaram também a importância de fazer estudos longitudinais dos alunos dos cursos de capacitação e de qualificação a fim de avaliar

este impacto. Até o momento, um grupo de experientes do IPEA e da PUC-RIO fez uma avaliação do programa Jovem Aprendiz (CORSEUIL; FOGUEL; GONZAGA, 2013) e da inserção trabalhista dos jovens no Brasil (CORSEUIL; NERI; ULYSSEA, 2013). Para estes autores, a participação no programa Jovem Aprendiz aumenta as possibilidades de inserção no mercado trabalhista formal para a maioria dos participantes, que conseguem mudar sua situação trabalhista de aprendizes a trabalhadores formais em aproximadamente um ano.

Finalmente, Paes-Souza (2013) afirma que enquanto a estratégia de inserção trabalhista rural se orienta à agricultura familiar e, portanto se focaliza nas atividades econômicas, a inserção trabalhista urbana se focaliza no indivíduo.

A estratégia rural apesar dos desafios de oferta de serviços em áreas rurais produz assim um modelo de atuação melhor desenhado que a estratégia urbana.



## 4 METODOLOGIA

Neste capítulo será descrito o procedimento metodológico abordado neste estudo considerando a caracterização da pesquisa, o método de pesquisa e o público pesquisado.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa apresenta com procedimento técnico o estudo de caso que segundo Yin (2002, p. 21) permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais, administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores.

Segundo Gil (2010, p.25) as pesquisas são classificadas de diferentes maneiras, pois é possível estabelecer múltiplos sistemas de informação e definir de acordo com a área de conhecimento, a sua finalidade, o seu nível de explicação e os métodos adotados. Portanto, esta pesquisa tem por natureza aplicada, pois é voltada a aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica. (GIL, 2010, p.27).

Quanto à problemática trata-se de um estudo qualitativo, pois possui análises mais profundas, destaca características, descrevendo a complexidade que não são observadas no estudo quantitativo.

Segundo Richardson (1999, p. 80) “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

E quantitativa por possuir dados estatísticos, admitir vários procedimentos, que são sustentados por diferentes realidades e conhecimentos. Tem grande importância, pois garante precisão de resultados, possibilita margem de segurança, portanto é aplicada em estudos descritivos.

Conforme Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2004), a pesquisa qualitativa a partir da existência de características como realidade múltipla e socialmente

construída em uma dada situação. O conhecimento passa então a ser emergente destas múltiplas realidades e pelos participantes.

Segundo Gil (2010, p.36) “os dados obtidos mediante levantamento podem ser agrupados em tabelas, possibilitando sua análise estatística.

Quanto ao objetivo de pesquisa classifica-se como exploratória, de acordo com Gil (2010) o propósito é fazer com que o problema proporcione maior familiaridade, tornando mais explícito para construção de hipóteses. Com planejamento flexível, pois tem os mais variados aspectos ao fato estudado.

A pesquisa descritiva, tendo como objetivo a descrição das características de determinada população ou grupo, com levantamento de dados através de questionários que são aplicados. Elas têm o intuito de levantar opiniões, atitudes, comparação e crenças de uma população.

## 4.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população desta pesquisa compreende em 940 alunos do SENAI matriculados no PRONATEC até o mês de junho, sendo que foram pesquisados 92 alunos, onde deste 18 do município de Castro, 10 de Palmeira e 64 de Ponta Grossa.

## 4.3 DADOS E INSTRUMENTO DE COLETA

Inicialmente para a elaboração do relatório foi necessário aplicar um questionário aos alunos concluintes dos cursos do PRONATEC do segundo semestre de 2014, no SENAI Ponta Grossa.

Portanto a coleta de dados foi realizada através de questionários no qual foram respondidos pelos alunos sem intervenção de entrevistador. No total obteve-se 92 alunos pesquisados. O questionário era composto por 15 questões com perguntas abertas e fechadas. Destes alunos foram pesquisados sete cursos que estavam em andamento, sendo que entre eles existem três cursos técnicos com finalização em dezembro de 2014 e três cursos de qualificação profissional com encerramento em novembro do mesmo ano. Os cursos são: Técnico em Logística,

Técnico em Automação Industrial, Técnico em Manutenção Automotiva, Pedreiro, Soldador no processo Mig/Mag e Torneiro Mecânico.

#### 4.4 FORMA DE ANÁLISE E TRATAMENTO ESTATÍSTICO

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário com perguntas fechadas com seis (06) opções (ótimo, bom, regular, ruim, péssimo e não se aplica) e questões abertas sem indução na resposta. As questões fechadas serão tratadas estatisticamente e o resultado das questões abertas serão apresentadas neste trabalho de forma teórica.

## 5 RESULTADO

### 5.1 SENAI PONTA GROSSA E O PRONATEC

Os cursos do PRONATEC tiveram início no SENAI Ponta Grosso no ano de 2012, no início os cursos tinham pouca divulgação, por ser um programa que estava sendo inserido nas instituições pelo Brasil, fazendo com que a procura não fosse tão grande. Através de divulgações que os cursos disponibilizados através do SENAI começaram a alcançar todos os públicos e a inserir cada dia mais alunos nos cursos ofertados, fazendo com que houvesse a maior procura por cursos na unidade de Ponta Grossa.

No ano em que se iniciaram os cursos na unidade de Ponta Grossa, o SENAI teve um total de 694 alunos matriculados, no ano seguinte em 2013 o número aumentou para 1397 alunos, e em 2014 chegou a 940 matrículas em cursos que tiveram início até julho.

Constata-se que o PRONATEC vem aumentando a sua procura, e que a população está cada vez mais interessada em se qualificar para a melhoria de qualidade de vida. Além disso, os cursos ofertados também abrangem as unidades remotas do SENAI Ponta Grossa, que são: Prudentópolis, Guamiranga, Ipiranga, Carambeí, Pirai do Sul, Castro, Ivaí, Palmeira, Porto Amazonas.

Mas também temos como problema um grande número de alunos evadidos e reprovados, como vemos na imagem abaixo.

**Tabela 1 – Número de alunos evadidos e reprovados**

<b>Ano</b>	<b>Matriculados</b>	<b>Concluintes</b>	<b>Evadidos e Reprovados</b>
2012	694	503	191
2013	1397	1017	380
2014	940	639	301

**Fonte: Autoria própria**

Já a relação de alunos que concluíram os cursos qualificação (FIC) entre 2012 a 2014 possui números maiores, pois são cursos de curta duração (de 160 a 300 horas).

O número de cursos ofertados também foi mais abrangente e de acordo com a necessidade das indústrias. Fazendo com que se tornasse mais seletivo as áreas de atuação para a qualificação dos alunos.

Além dos cursos de qualificação (FIC) o SENAI disponibilizou através do PRONATEC cursos técnicos de forma concomitante (alunos que estão cursando o ensino médio) e subsequente (alunos que já concluíram ensino médio). Até julho de 2014 tivemos sete turmas concluídas, com um total de 101 alunos formados como técnicos. Alguns de nossos alunos já se encontram no mercado de trabalho, nas indústrias de Ponta Grossa e região. Abaixo, segue tabela especificando os cursos e quantidade de alunos concluintes.

**Tabela 2 – Cursos e quantidade de alunos concluintes**

<b>Curso</b>	<b>Alunos Matriculados</b>	<b>Alunos Concluintes</b>
Técnico em Automação Industrial	35	8
Técnico em Informática	28	7
Técnico em Manutenção Automotiva	42	14
Técnico em Manutenção Automotiva	40	18
Técnico em Segurança do Trabalho	32	22
Técnico em Segurança do Trabalho	31	17
Técnico em Segurança do Trabalho	32	15
<b>TOTAL</b>	<b>240</b>	<b>101</b>

Fonte: Autoria própria

Conforme Lüscher e Dore (2011), a evasão é influenciada por um conjunto de fatores que podem estar relacionados tanto aos estudantes e às suas famílias, quanto à escola e à comunidade em que vivem.

Entre julho de 2013 a julho de 2014 foram ofertados 45 cursos de qualificação profissional e 5 cursos técnicos através do PRONATEC, abaixo segue a relação dos mesmos.

Administrador de Bancos de Dados	Língua Brasileira de Sinais (Libras) – Intermediário
Almoxarife	Lubrificador Industrial
Aplicador de Revestimento Cerâmico	Marceneiro
Artesão de Pintura em Tecido	Mecânico de Freios, Suspensão e Direção de Veículos Leves

Assistente de Controle de Qualidade	Mecânico de Freios, Suspensão e Direção de Veículos Pesados
Assistente de Planejamento e Controle de Produção	Mecânico de Máquinas Industriais
Auxiliar de Padaria e Confeitaria	Mecânico de Automóveis Leves
Auxiliar de Fiscalização Ambiental	Mecânico de Motores a Diesel
Auxiliar Administrativo	Montador de Veículos Automotores
Auxiliar de Padaria e Confeitaria	Montador e Reparador de Computadores
Auxiliar de Costura	Operador de Computador
Cadista para Construção Civil	Operador de Torno com Comando Numérico Computadorizado
Confeiteiro	Padeiro
Confeccionador de Bijuterias	Pedreiro de Alvenaria
Contador de Histórias	Pintor de Imóveis
Costureiro	Preparador de Doces e Conservas
Desenhista Mecânico	Programador Web
Eletricista de Automóveis	Reparador de Eletrodomésticos
Eletricista Industrial	Soldador no Processo MIG/MAG
Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	Torneiro Mecânico
Instalador de Acessórios Automotivos	Técnico em Manutenção Automotiva
Instalador de Sistemas Eletrônicos de Segurança	Técnico em Logística
Inglês Básico	Técnico em Automação Industrial
Jardineiro	Técnico em Eletrotécnica
Língua Brasileira de Sinais (Libras) – Básico	Técnico em Segurança do Trabalho

**Quadro 1 – Cursos ofertados pelo PRONATEC**

**Fonte: Autoria própria**

O SENAI hoje é responsável por 47% das matrículas do programa, conforme figura abaixo.

## SENAI E PRONATEC



Figura 1 – O SENAI e as matrículas no PRONATEC  
Fonte: Portal da Indústria (2014)

A unidade do SENAI em Ponta Grossa reflete muito os dados de nível Brasil.

### 5.2 PERFIL DOS ALUNOS

A Tabela 3 apresenta o perfil sociodemográfico dos alunos pesquisados.

Tabela 3 – Perfil sociodemográfico dos alunos pesquisados  
(continua)

Características	N	(%)
<b>Gênero</b>		
Masculino	74	81,43
Feminino	18	18,57
<b>Faixa Etária</b>		
16 – 20	51	55,43
21 – 25	17	18,47
26 – 30	8	8,69
31 – 40	10	10,86
41 – 50	4	4,38
> 50	2	2,17

**Tabela 3 – Perfil sociodemográfico dos alunos pesquisados  
(conclusão)**

<b>Estado Civil</b>		
Solteiro (a)	72	78,27
Casado (a)	17	18,47
Outros	3	3,26
<b>Filhos</b>		
Possui	25	27,18
Não possui	67	72,82
<b>Cidade</b>		
Ponta Grossa	45	48,91
Região	47	51,09
<b>Renda familiar</b>		
2 salários mínimos	69	75,00
2 - 4 salários mínimos	22	23,91
> 5 salários mínimos	1	1,08

**Fonte: Autoria própria**

Conforme a Tabela 3 verifica-se que, o maior número de alunos que frequentam os cursos é do sexo masculino, sendo que apenas 18,57% são do sexo feminino. Nota-se também que o PRONATEC atinge um público jovem tendo em sua maioria a faixa etária entre 16 a 20 anos (55,43%), sendo alunos que estão cursando ensino médio em escola pública.

Verifica-se que 78,27% dos alunos são solteiros, sendo que 18,47% são casados, sendo que destes 27,18% possuem filhos.

Dos alunos que frequentam os cursos 51,09% não moram na cidade, porém são de regiões próximas a Ponta Grossa. Quanto à renda familiar destes alunos constatou-se que a maioria (75%) dos alunos recebe até dois salários mínimos por mês.

Dos alunos matriculados, apenas 12,50% dos alunos recebem algum benefício do governo, podendo assim verificar que é baixo o público prioritário voltado para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).



### 5.3 PESQUISA COM ALUNO

Aplicou-se uma pesquisa no SENAI Ponta Grossa com os alunos egressos através do PRONATEC.

A pesquisa conta com 15 questões sendo abertas e fechadas, onde o aluno não sofreu nenhuma interferência no preenchimento do questionário.

Responderam esta pesquisa 92 alunos, 64 de Ponta Grossa, 18 de Castro e 10 de Palmeira.

Infelizmente pela falta de disponibilidade não foi possível pesquisar os alunos de Prudentópolis, Guamiranga, Ipiranga, Carambeí, Pirai do Sul, Ivaí e Porto Amazonas.

#### 5.3.1 Escolaridade dos Alunos

Segundo o grau de escolaridade apenas (2,5%) dos alunos possuem ensino superior completo, (5%) estão cursando, pode-se constatar que mesmo os alunos que possuem o ensino superior procuram os cursos para se qualificarem e assim estarem mais aptos a concorrer no mercado de trabalho através dos cursos do PRONATEC mesmo já tendo uma graduação.

Destes (42,5%) possuem o ensino médio completo, (25%) estão cursando, e (12,5%) cursaram o fundamental.

Dos alunos pesquisados, (50%) estão fazendo curso técnico e os outros (50%) estão na área de qualificação em diferentes cursos.

#### 5.3.2 Meios de Comunicação que Divulgam o PRONATEC

Dos meios de comunicação utilizados para a divulgação dos curso os alunos afirmam que ficaram sabendo através da escola (31%), amigos (17,5%), folders (5%), CRAS (1,25%) e no próprio SENAI (6,25%). Os outros 39% se subdivide em jornais, televisão, internet e rádio.

### 5.3.3 Objetivos e Conteúdos

Sobre adequação dos conteúdos ministrados conforme proposto no curso (45,16%) informaram que acham ótimo, (41,93%) informam que é bom, (11,29%) regular e (1,61%) acreditam que o conteúdo não se aplica ao curso.

Os conhecimentos aplicados na atividade profissional (57,38%) afirmam que ótimo, (36,06%) bom, (3,28%) regular e também (3,28%) acreditam não se aplicar os conhecimentos estudados no curso com as atividades profissionais.

### 5.3.4 Docentes e Técnicos de Ensino

Conforme pesquisa (77,05%) dos alunos afirmam que o relacionamento do professor com os alunos é ótimo; (18,03%) informam que é bom e (4,92%) consideram o relacionamento regular.

Os alunos avaliaram que (67,21%) dos docentes/técnico de ensino possuem ótimo domínio do conteúdo, já (21,87%) consideram um bom domínio; (3,28%) regular e (1,64%) ruim.

Outra abordagem é a capacidade de comunicação do professor onde os alunos avaliaram que (68,85%) possuem ótima capacidade de comunicação, mais (27,87%) avaliaram como boa e (1,64%) mensuraram como regular e ruim.

Demonstrações de aulas práticas como forma de assimilar o conhecimento (34,43%) informam que foram ótimas mais esta mesma porcentagem informou que não se aplica, este número divide-se, pois alguns cursos não possuem aulas práticas e outros no momento da pesquisa ainda não terem passado por elas. (27,87%) acreditam que as demonstrações práticas foram boas e (1,64%) considerou regular e ruim.

Sobre as atitudes dos docentes/ técnicos de ensino (68,85%) avaliaram como ótima (22,95%) como boa, (3,28%) regular e (4,92%) acreditam que esta questão não se aplica.

Segundo Luckesi (2002), o professor deve atentar-se às dificuldades de aprendizagem dos alunos, pois o ponto de partida para a criação de suas habilidades consiste na compreensão do conteúdo proposto.

### 5.3.5 Recursos Didáticos

Quando perguntados sobre a apresentação do material didático e identificação do conteúdo (50,82%) ótima, (32,77%) avaliaram como boa, (8,20%) regular, (3,28%) ruim e (4,92%) informam não se aplicar.

Sobre o material de apoio como quadro, retroprojektor e etc, (60,65%) avaliaram como ótimo, (31,15%) bom, (4,92%) regular, (1,64%) ruim e (1,64%) esta questão não se aplica.

### 5.3.6 Infraestrutura

Organização das salas de aula (50,82%) dos alunos avaliaram como ótima, (34,43%) consideram boa, (13,11%) regular e (1,64%) ruim.

Sobre os laboratórios e ou oficinas (32,79%) consideram bom, onde pela primeira vez a porcentagem de alunos não é maior na opção ótima que neste fator ficou em (29,51%), nos cursos que não utilizam laboratórios ou que ainda não haviam utilizados ficou com (31,15%), (3,28%) regular e (1,64%) com ruim e péssimo.

Nesta avaliação constatou que este pouco mais de um por cento dos alunos considera péssimo devido em algumas unidades remotas como, por exemplo, Castro ainda não possuem laboratórios e oficinas completas.

Considerando a última pergunta fechada sobre equipamentos e ferramentas se são adequadas, limpas e se estão em condições de uso e disponível para o desenvolvimento da atividade prática onde (40,98%) consideram não se aplicar esta questão, (27,87%) informa como ótimo, (16,39%) bom, (13,11%) regular e (1,64%) ruim os equipamentos.

### 5.3.7 Inserção no Mercado de Trabalho

Todos os alunos que responderam esta questão afirmaram que o curso facilitará a procura de um emprego ou novo, por trata-se de uma questão aberta alguns informaram que o aprendizado que os cursos PRONATEC proporcionam é importante para um profissional que busca crescimento no mercado de trabalho.

E é através das estratégias, ações e programas desenvolvidos pelo Plano Brasil Sem Miséria que o governo afirma que,

só assim os nossos olhos, e o braço do Estado, vão alcançar aquela pobreza tão pobre que a miséria quase a faz invisível. Assim, todo o país vai sair lucrando, pois cada pessoa que sai da miséria é um novo produtor, um novo consumidor e, antes de tudo, um novo brasileiro disposto a construir um novo Brasil, mais justo e mais humano (BRASIL, 2012).

### 5.3.8 Utilização dos Conteúdos Adquiridos no Curso

Muitos alunos informaram que os conteúdos trabalhados no curso podem ser utilizados no dia-a-dia facilitando e aperfeiçoando o seu trabalho.

### 5.3.9 Sugestão, Pontos Fortes e Oportunidades de Melhoria

Muitos alunos que preencheram esta questão informaram que gostariam de uma carga horária maior, com aulas mais práticas e dinâmicas.

Os alunos elogiaram muito este projeto e da ajuda de custo que o mesmo fornece aos alunos para ser utilizado no vale transporte e alimentação.

## 6 HISTÓRIA DA EMPRESA CONCEDENTE A PESQUISA

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, mantido pelas indústrias com o objetivo de propiciar capacitação aos alunos em cursos profissionalizantes.

O SENAI foi criado em 1942, instituído pelo Decreto-lei nº4. 048, e é mantida pelas indústrias para atender a demanda com a oferta de cursos profissionalizantes para a formação de mão de obra aos menores aprendizes. (SILVA, 1999; ARAÚJO, 2008, p.71; SENAI, 2014).

Segundo o SENAI (2014, p.11), o Diretor Geral do Departamento Nacional do SENAI, em Brasília,

Desde que foi criado, por iniciativa do empresariado industrial, em 1942, o SENAI formou mais de 58 milhões de trabalhadores no país. É o maior complexo privado da educação profissional da América Latina. Referência mundial como modelo de atuação pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, o SENAI cumpre a missão de promover a educação profissional e tecnológica, a inovação e a transferência de tecnologia para as indústrias brasileiras. O Brasil necessita de profissionais qualificados e de soluções tecnológicas para enfrentar um cenário cada vez mais competitivo. O SENAI responde a esse desafio ampliando sua capacidade de dar uma profissão a brasileiros que concluíram o ensino médio, atendendo mais de 3 milhões de alunos por ano. Avança também com o lançamento da Rede de Institutos de Inovação e de Tecnologia. Os institutos SENAI de Inovação têm como foco a prestação de serviços às empresas por meio de projetos de inovação e pesquisa aplicada. A rede vai operar de forma integrada com Institutos SENAI de Tecnologia, oferecendo educação profissional, inclusive de nível superior, e serviços tecnológicos às indústrias, como consultorias, ensaios, calibrações e testes laboratoriais [...].

Conforme Silva (1999, p.17), o SENAI foi criado logo após a nova Constituição outorgada pelo então presidente Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937, artigo 180 da Constituição. Logo após, com a criação do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, advém a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que transpõe e reforça os dispositivos fundamentais da legislação do SENAI.

E historicamente, a primeira modalidade de formação profissional para a indústria foi a “Aprendizagem de Menores” e que nos três anos subsequentes o SENAI atendia “programas de menor duração, como complemento de formação dos trabalhadores” das indústrias (SILVA, 1999, p.17).

O SENAI em conjunto com o Governo e as indústrias trabalharam no processo de industrialização e na aceleração do crescimento das indústrias no Brasil e, definiram as “áreas críticas de atuação da Entidade em cursos para adultos. Previsto no parágrafo único do art. 2º. Os chamados “cursos de emergência”, onde se iniciou os cursos de qualificação nas áreas de solda, ferraria, caldeiraria, mecânica, fundição e eletrotécnica, que surgiram em São Paulo”. (SILVA, 1999, p.21). E de acordo com as pesquisas de Silva (1999, p. 22):

A base técnica na concepção do modelo pedagógico dos cursos do SENAI, [...] originou-se predominantemente a partir dos estudos do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT). Criado a 23 de julho de 1931, em São Paulo, por ele passaram vários engenheiros e pedagogos que formularam, conceberam e influenciaram modelo de Formação Profissional nos seus primórdios, notadamente no SENAI, para onde vários de seus integrantes foram prestar serviço.

Após a era industrial, muitas alterações e melhorias ocorreram no SENAI para a formação e qualificação da mão de obra de trabalhadores da indústria. Entre elas estão as legislações que permeiam as ações do SENAI em todo o território nacional, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação que foram sendo inseridas no contexto da educação profissionalizante para atender as exigências e as mudanças que ocorrem no país em relação ao mercado de trabalho.

O SENAI atende os diversos níveis de profissionalização, das diversas áreas de atuação do setor industrial. Atualmente os Projetos de lei aprovados para o aumento de vagas de cursos técnicos, colaboram para aumentar a qualificação de mão de obra para as indústrias.

No Paraná, a Unidade do SENAI de Ponta Grossa possui uma demanda crescente de qualificação da mão de obra, que visa ingressar no mercado industrial para atender às necessidades das indústrias do município e região, nos diversos seguimentos da indústria.

As pesquisas realizadas por Camponês e Nascimento (2012, p.130) averiguaram que “as atividades de formação profissional do SENAI, em Ponta Grossa, têm início em 1943, em plena Segunda Guerra Mundial”, em instalações provisórias. Por isso para atender a Agência de Treinamento do SENAI, em Ponta

Grossa, algumas pessoas foram selecionadas para preencher o corpo técnico formados nos cursos de Mecânica Geral, Eletricidade, Ferreiro e Marcenaria,

A inauguração do primeiro prédio do SENAI, construído no município de Ponta Grossa ocorreu em 08 de março de 1965, recebeu o nome de “Centro de Treinamento e Adaptação Profissional Flausino Mendes”. O convênio firmado entre o Departamento Regional do SENAI do Paraná, localizado em Curitiba, capital e o Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME), culminaram na assinatura do Convênio para a construção do prédio. (TREVISAN, 1995, p.51).

De acordo com Trevisan (1995, p.51) os cursos ofertados iniciaram nestas instalações foram as seguintes modalidades: aprendizagem industrial, qualificação, aperfeiçoamento e treinamento profissionais nas áreas de mecânica geral, eletricidade, mecânica de automóveis, mecânica de motores diesel, serralharia, solda e marcenaria. O Centro realiza a “Aprendizagem de Menores no Próprio Emprego”, com base em acordos específicos ajustados entre o SENAI e as indústrias interessadas.

A partir do ano de 2010, com o crescimento do setor industrial do município de Ponta Grossa, conseqüentemente, a demanda de oferta de cursos aumentou consideravelmente. A expansão e modernização da nova infraestrutura do SENAI Ponta Grossa, foi projetada pelo Departamento Regional do SENAI do Paraná, localizada no município de Curitiba. E no dia 01 de abril de 2014, foi inaugurada as novas instalações do prédio atual.

Na Unidade do SENAI em Ponta Grossa, a estrutura hierárquica é composta pela gerência geral, gerência de operações, coordenadorias de educação, administrativo/financeiro, técnicos de ensino, técnicos laboratoriais e técnicos especializados em serviços tecnológicos e de inovação.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme podemos observar, o nível de satisfação dos alunos concluintes dos cursos ofertados pelo PRONATEC no SENAI de Ponta Grossa é positivo, pois os questionários demonstraram que 87,09% dos alunos avaliaram como satisfeitos. .

Constata-se que o PRONATEC vem aumentando a sua procura, e que a população está cada vez mais interessada em se qualificar, para tornar-se um profissional diferenciado com mais oportunidades de trabalho e conseqüentemente a melhoria de qualidade de vida.

Identificou-se que as aspirações dos alunos é o aprimoramento profissional oriundo dos cursos oferecidos pelo PRONATEC para facilitar a procura de um emprego ou de um novo emprego.

Verificou-se que o PRONATEC está atingindo suas metas e objetivos em Ponta Grossa e região capacitando profissionalmente os jovens e adultos.

Desde seu surgimento em meados dos anos noventa, os Programas de Transferência Condicionada - PTC desempenharam um papel central no sistema de proteção social brasileiro, representando uma porta de entrada à proteção social para grande parte da população do país.

Em particular, nos últimos dez anos, o programa Bolsa Família ao garantir a milhões de famílias uma fonte estável de renda, ainda que pequena, conseguiu contribuir para a redução da extrema pobreza e a concentração do rendimento.

Com a criação, em 2011, do Plano Brasil Sem Miséria, reconhece-se que as vulnerabilidades sociais resultam não só da falta de rendimentos ou do acesso a serviços sociais, como também de múltiplas causas e fatores de caráter psicossocial (CECCHINI; MARTÍNEZ, 2011) adotando uma estratégia ampla de combate à pobreza e buscando atender as necessidades locais e familiares.

Muitos dos desafios identificados no Plano estão relacionados à precária inserção no mercado de trabalho da população vulnerável, em especial os jovens e as mulheres. Isto ocorre, principalmente, em razão de seus déficits educacionais, que geram falta de oportunidades de trabalho, altos níveis de informalidade, baixos salários e ausência de direitos trabalhistas. Por isto, os programas de inserção produtiva do Plano Brasil Sem Miséria que atendem a jovens, adultos e mulheres têm o grande objetivo de os fazer capazes de gerar seus próprios rendimentos de



maneira sustentável por meio de uma inserção segura e estável no mercado trabalhista.

Os outros eixos do Plano são o acesso aos serviços (garantia de alimentação, orientação educacional e cuidados de saúde) e o eixo de garantia de rendimentos.

Os gestores públicos e os pesquisadores apontam o sucesso dos cursos de qualificação profissional para os jovens. As poucas avaliações que se executaram mostram uma melhora na inserção trabalhista dos jovens após os cursos, como se dá no caso de mais sucesso, o Projovem. No entanto, aponta-se a que os cursos de qualificação para os adultos que viveram toda a vida em situações precárias não são muito eficazes, pois o nível de aprendizagem destes alunos não condiz com as exigências do curso de qualificação.

Sustenta-se então que para este grupo a melhor saída são os PTC e que a melhor solução é investir na educação das crianças e adolescentes destas famílias.

Ademais, segundo os gestores públicos, é melhor ter a grande quantidade de programas de qualificação sob o PRONATEC e a administração do MEC. Este programa estaria apresentando grandes sucessos pela qualidade dos cursos que atrai a um crescente número de alunos.

O principal desafio é obter sucesso na inserção dos que saem dos cursos de qualificação profissional. No entanto, com respeito à inserção no mercado trabalhista dos que participaram nos cursos, ainda não há avaliações de impacto. O que se sabe é que essa inserção é muito precária.

O SINE não é um exemplo de boa gestão e falta de parâmetros comuns de trabalho. Assim, os gestores públicos afirmam que o sistema de inserção trabalhista é ainda um grande desafio para o sistema de proteção social de Brasil, onde se precisa desenhar as políticas a partir de estudos de impacto.

No Plano Brasil Sem Miséria é importante também destacar o papel do Cadastro Único e do sistema intersetorial de gestão e execução das políticas de promoção e assistência social. O sucesso do Cadastro Único é inquestionável, pois foi capaz de prover informação sobre as famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza em todas as regiões do país, que é utilizada por todos os programas de proteção social. Ademais, graças ao Cadastro, é possível construir o perfil das famílias, o que ajuda numa melhor focalização e desenho dos programas.

Por sua vez, o Plano Brasil Sem Miséria adotou a intersectorialidade e, por isto, tem como atores vários ministérios, governos estaduais e municipais, bem como, instituições de ensino e de assistência social. O pacto federativo, em particular, atribuiu importantes responsabilidades às prefeituras, que estão a cargo do registro do Cadastro Único, os trabalhos de assistência social (CRAS, CREIAS), bem como de todo o processo de desenvolvimento dos cursos de qualificação. Esta estrutura facilita a criação de sistemas de proteção voltados às necessidades locais. No entanto, esta descentralização deve ser muito bem controlada pelos Tribunais de Contas, para evitar a má gestão do dinheiro público.

Também, o papel desempenhado pela assistência social é essencial. Graças às ferramentas de busca ativa, os assistentes sociais buscam as pessoas e as famílias que não estão registradas no Cadastro Único e as põem em contato com o sistema de proteção social. Os CRAS e CREIAS fazem orientação profissional, orientação vocacional e apresentam todos os cursos do PRONATEC e aos membros da comunidade. Assim, são os assistentes sociais que estão em contato direto com a população vulnerável, que entendem suas necessidades e lhes encaminham aos programas.

Na atualidade, o que se busca no Brasil é que seus cidadãos tenham uma melhor qualidade de vida, o que vai da mão da inserção produtiva de todas as famílias em situação de vulnerabilidade. No entanto, todo o sistema deve ser controlado para evitar a corrupção, os desvios de dinheiro público, os serviços de má qualidade e os benefícios aos que não precisam. Brasil Sem Miséria foi criado há alguns anos e seus resultados concretos se farão sentir no médio prazo. Seu sucesso dependerá, portanto de sua transformação de uma política de Governo a uma de Estado, o que é necessário para que os programas possam se consolidar e consigam mudar a vida das famílias vulneráveis.

O estudo evidencio, que o PRONATEC é um programa destinado a qualificar a população de jovens e adultos para facilitar o ingresso no mercado de trabalho, e é ofertado por entidades governamentais responsáveis pela qualificação profissional. Onde verificou que a educação assume um papel fundamental para o desenvolvimento econômico. No caso da oferta feita pelo SENAI, a entidade está oferecendo e realizando os cursos de forma adequada e com positividade, mesmo havendo um grande número de alunos evadidos os alunos que concluem os cursos buscam uma qualificação para melhorar a empregabilidade.

As discussões aqui inseridas, longe de estarem concluídas, merecem aprofundamento, pois, a educação profissional é uma forma de aquisição do saber que suscita inquietações, abrindo inclusive, perspectivas de outras incursões – sequenciais ou não às linhas deste trabalho – seja pela avaliação dos recursos aplicados nos programas de qualificação; ou pelo modelo pedagógico educacional proposto pelas instituições.

## REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI; A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa qualitativa e quantitativa**. 2 ed. São Paulo: Thompson, 2004.

ARAÚJO, A. **SENAI: uma proposta de educação para o trabalho e para a cidadania**. Belo Horizonte: Texto, 2008.

BARROS, R.; MENDONÇA, R.; TSUKADA, R. **Portas de saída, inclusão produtiva e erradicação da extrema pobreza no Brasil**. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2011.

BRASIL. **Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011**. (Lei Ordinária). Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da educação. **PRONATEC**. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. 2012. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento. **Brasil Sem Miséria. Inclusão Produtiva: Pronatec**. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/brasilsemisericia/arquivos/Pronatec\\_BSM\\_nova\\_04.2013.pdf](http://www.mds.gov.br/brasilsemisericia/arquivos/Pronatec_BSM_nova_04.2013.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O fim da miséria é só um começo**. Plano Brasil sem Miséria no seu Município. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS 2006-2010**. Brasília, 2010.

CAMPONÊS, K. C.; NASCIMENTO, M. I. M. Relações econômicas, políticas e educacionais na consolidação do SENAI em Ponta Grossa, PR. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v.12, n.47, p.122-138 set. 2012.

CECCHINI, S.; MARTÍNEZ, R. Proteção Social Inclusiva na América Latina: um olhar integral, un enfoque de direitos. In: COMISSÃO ECONOMICA PARA AMÉRICA LATINA EL CARIBE (CEPAL), Santiago do Chile, 2011.

CNI TRABALHA POR UMA INDÚSTRIA BRASILEIRA MAIS FORTE. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 4 abr. 2013.

CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M.; GONZAGA, G. **The effects of an apprenticeship Program on Wages and Employability of Youths in Brazil**. 2013.

CORSEUIL, C. H.; NERI, M.; ULYSSEA, G. **Uma análise exploratória dos efeitos da política de formalização dos microempreendedores individuais**. Brasília, 2013.

DEMO, P. **Política social, educação e cidadania**. 13. ed. Campinas (SP): Papirus, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUARESCHI, N.; et al. Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In: STREY, M. N.; AZAMBUJA, M. P. R.; JAEGER, F. P. **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Brasília, n. 17, 2009.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Indústria enfrenta a escassez de mão de obra qualificada, avalia CNI**. Publicado em 18 jun. 2014. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=164883>>. Acesso em 10 out. 2014.

KERSTENETZKY, C. L. **O estado de bem estar social na idade da razão: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro, Campus-Elsevier, 2012.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LÜSCHER, A. Z.; DORE, R. Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar. **RBPG: Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 8, p.147-176, supl. 1, dez. 2011. Disponível em: <[http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.8\\_suplemento/capitulo5.pdf](http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.8_suplemento/capitulo5.pdf)>. Acesso em 12 nov. 2014.

MARSHALL, T. H. **Social policy in the twentieth century**. 4. ed. London: Hutchinson University Library, 1975.

MOVIMENTO Nacional de Direitos Humanos. **Direitos humanos no Brasil 3: diagnósticos e perspectivas**. Passo Fundo: IFIBE, 2012.

OLIVEIRA, R. V. A qualificação profissional como política pública. In: SAUL, A. M.; FREITAS, J. C. (Orgs.). **Políticas Públicas de Qualificação: desafios atuais**. São Paulo: A+ Comunicação, 2007.

PAES-SOUSA, R. Plano Brasil Sem Miséria: incremento e mudança na política de proteção e promoção social no Brasil. **Working Paper**, Brasília, n. 113, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCWorkingPaper113.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2014.

PARDAL, L.; VENTURA, A.; DIAS C. **Ensino médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual**. Campinas: Autores Associados, 2005.

PEREIRA, J. M. **Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2009.

PNAD. **Renda cresce, desigualdade cai e desemprego tem queda recorde**. 2011. Disponível em: <<http://www.fatoexpresso.com.br/2012/09/21/pnad-2011-renda-cresce-desigualdade-cai-e-desemprego-tem-queda-recorde>>. Acesso em: 18 out. 2014.

PORTAL da Indústria. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br>>. Acesso em 15 jan. 2015.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SARAIVA, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAIVA, E; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006. (Coletânea, v. 1).

SCHIMIDT, B. V; et al. **Programa Nacional de Inclusão de Jovem (PROJOVEM): estudo de caso apresentado durante evento paralelo do Encontro de Alto Nível das Nações Unidas sobre a Juventude, 25-26 de julho de 2011**. Estados Unidos.

SENAI (Serviço Nacional Aprendizagem Industrial). Disponível em: <<http://www.senaipr.org.br>>. Acesso em: 10 out. 2014. [Informações oriundas do Sistema interno do próprio SENAI].

SILVA, U. E. M. **O SENAI**. Brasília, SENAI/DN, 1999. (Série SENAI Formação de Formadores).

TREVISAN, A.T. **SENAI Paraná: 50 anos**. Curitiba: Champagnat, 1995.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

**APÊNDICE A - PESQUISA ACADÊMICA - Avaliação os Cursos do Pronatec**





**PESQUISA ACADÊMICA**  
**Avaliação os Cursos do Pronatec**

Favor responder o questionário abaixo para que possamos avaliar a satisfação referente ao curso do qual você está participando (PRONATEC), solicitamos preencher os dados abaixo e assinalar o grau que melhor represente a qualidade deste curso.

Aprendizagem Industrial
  Curso Técnico
  Qualificação/Treinamento

Nome do Curso: \_\_\_\_\_ Período/Módulo: \_\_\_\_\_  
 Disciplina: \_\_\_\_\_ Técnico de Ensino: \_\_\_\_\_  
 Escolaridade: \_\_\_\_\_  
 Turma: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_  
 Como ficou sabendo do curso: \_\_\_\_\_

	ITEM	DESCRIÇÃO	Ótimo (8-10)	Bom (6-7,9)	Regular 4 - 5,9	Ruim (2 - 3,9)	Péssimo (0 - 1,9)	Não se aplica
OBJETIVO E CONTEÚDO	<b>Conteúdos Ministrados</b>	Adequação dos conteúdos ministrados conforme proposto no curso						
	<b>Conhecimentos Aplicados na Atividade Profissional</b>	Os conhecimentos estudados no curso são aplicáveis na atividade profissional do aluno						
DOCENTES/TÉCNICOS DE ENSINO	<b>Relacionamento do docente/técnico com os alunos</b>	Relacionamento do docente/técnico de ensino com os alunos, considerando o respeito, atenção, imparcialidade e bom humor.						
	<b>Domínio de conteúdo do docente/técnico de Ensino</b>	Capacidade do docente/técnico de ensino em desenvolver o assunto com o domínio de conteúdo						
	<b>Capacidade de Comunicação</b>	Capacidade de comunicação do docente/técnico de ensino, em esclarecer dúvidas, promovendo a troca de experiências.						
	<b>Aulas Práticas</b>	Demonstrações das aulas práticas planejadas e relacionadas ao tema, de forma a facilitar a assimilação do conhecimento.						
	<b>Postura do Docente/Técnico de Ensino</b>	Atitude dos docentes/técnicos de ensino quanto ao cumprimento de horário.						
RECURSOS DIDÁTICOS	<b>Material Didático</b>	Apresentação com qualidade e fácil identificação dos conteúdos						
	<b>Material de Apoio</b>	Quadro (giz, branco, magnético), retroprojetor, vídeo e audiovisuais do SENAI, são adequados ao desenvolvimento das atividades.						
INFRA-ESTRUTURA	<b>Sala de Aula</b>	Organizadas, com iluminação e limpeza adequadas para o desenvolvimento da aula.						
	<b>Laboratórios e/ou Oficinas</b>	Organizadas e em condições para o desenvolvimento das atividades práticas						
	<b>Equipamentos e Ferramentas</b>	Adequadas, limpas, em condições de uso e disponível para o desenvolvimento da atividade prática.						

**Questões Subjetivas:**

Acredita que o curso facilitará a procurar um emprego ou novo emprego, explique?

---

---

---

---

Onde você acredita que poderá utilizar os conteúdos trabalhados no curso?

---

---

---

---

Utilize o espaço abaixo ou o verso para suas sugestões, pontos fortes e oportunidades de melhoria:

---

---

---

---

*Caso deseje identificar-se preencha os campos a seguir:*

<b>Nome:</b>	<b>Telefone:</b>
--------------	------------------